

MUNICÍPIO DE Foz DO IGUAÇU
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
05/2024 A 04/2025

RGF – ANEXO 1 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea “a”)

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) ²
	LIQUIDADAS													
	Mai/2024	Jun/2024	Jul/2024	Ago/2024	Set/2024	Out/2024	Nov/2024	Dez/2024	Jan/2025	Fev/2025	Mar/2025	Abr/2025	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	104.027.736,04	95.383.105,03	93.109.501,51	93.120.808,84	109.253.969,40	97.395.381,58	105.495.507,14	152.250.447,65	112.948.321,04	105.574.526,51	98.936.013,25	103.030.151,41	1.270.525.469,40	71.319,07
Pessoal Ativo	77.535.450,02	67.380.283,85	65.984.324,81	65.425.954,18	81.635.443,71	69.032.331,77	76.986.569,71	104.100.064,11	82.634.350,20	74.397.097,14	67.558.938,44	73.060.756,37	905.731.564,31	36.708,10
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	67.235.391,09	58.232.085,20	56.694.728,68	56.162.195,54	72.210.169,76	59.615.117,89	67.080.683,84	87.997.081,04	70.463.681,44	64.445.010,04	57.484.825,76	62.763.193,63	780.384.163,91	36.596,60
Obrigações Patronais	10.300.058,93	9.148.198,65	9.289.596,13	9.263.758,64	9.425.273,95	9.417.213,88	9.905.885,87	16.102.983,07	12.170.668,76	9.952.087,10	10.074.112,68	10.297.562,74	125.347.400,40	111,50
Pessoal Inativo e Pensionistas	17.693.696,99	18.935.841,32	18.578.235,24	18.623.253,02	18.771.100,75	18.870.660,48	19.329.660,60	37.771.661,68	20.054.829,90	20.477.354,87	20.707.739,51	20.978.740,89	250.792.775,25	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	16.124.024,74	17.340.897,67	16.995.149,49	17.027.172,49	17.147.745,49	17.259.499,23	17.676.961,76	34.554.287,53	18.387.691,85	18.774.088,28	19.003.976,01	19.282.102,51	229.573.597,05	0,00
Pensões	1.569.672,25	1.594.943,65	1.583.085,75	1.596.080,53	1.623.355,26	1.611.161,25	1.652.698,84	3.217.374,15	1.667.138,05	1.703.266,59	1.703.763,50	1.696.638,38	21.219.178,20	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	153.893,20	304.373,20	247.022,53	613.427,14	427.800,95	533.724,70	263.606,00	275.466,16	147.201,94	121.629,13	254.477,63	258.849,75	3.601.472,33	27.608,74
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	8.644.695,83	8.762.606,66	8.299.918,93	8.458.174,50	8.419.623,99	8.958.664,63	8.915.670,83	10.103.255,70	10.111.939,00	10.578.445,37	10.414.857,67	8.731.804,40	110.399.657,51	7.002,23
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	21.396.731,39	23.042.961,27	21.727.579,24	21.895.944,30	25.095.742,71	22.728.699,30	24.600.470,19	42.856.941,36	29.400.067,87	25.275.781,99	20.174.693,76	26.972.545,16	305.168.158,54	21.452,90
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	2.616.299,04	2.984.926,37	2.080.105,23	2.946.735,83	3.103.305,86	3.487.948,67	5.301.014,06	5.567.494,96	6.449.237,91	3.761.092,75	1.243.578,53	2.959.630,57	42.501.369,78	21.452,90
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	1.071.430,47	944.120,91	850.263,70	474.193,56	2.920.765,09	724.161,24	824.806,89	716.872,53	1.528.606,79	789.236,49	1.080.487,79	1.219.564,86	13.144.510,32	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração ³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados ⁴	16.626.651,84	17.610.375,47	17.258.503,41	17.144.167,46	17.486.493,33	17.221.431,84	17.286.859,38	33.565.590,44	20.063.909,37	19.263.692,12	16.455.946,34	21.370.209,67	231.353.830,67	0,00
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)	881.454,90	1.173.691,20	1.298.840,74	1.120.359,74	1.171.835,84	1.098.449,77	977.202,25	2.584.337,09	1.176.297,10	1.270.849,10	1.196.539,37	1.224.103,40	15.173.960,50	0,00
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	200.895,14	329.847,32	239.866,16	210.487,71	413.342,59	196.707,78	210.587,61	422.646,34	182.016,70	190.911,53	198.141,73	199.036,66	2.994.487,27	0,00
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

MUNICÍPIO DE Foz DO IGUAÇU
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
05/2024 A 04/2025

DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	82.631.004,65	72.340.143,76	71.381.922,27	71.224.864,54	84.158.226,69	74.666.682,28	80.895.036,95	109.393.506,29	83.548.253,17	80.298.744,52	78.761.319,49	76.057.606,25	965.357.310,86	49.866,17
---	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------	----------------	---------------	---------------	---------------	---------------	----------------	-----------

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.855.736.924,83	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	4.957.818,00	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) 7	0,00	-
(-) Recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) 7	15.321.400,11	-
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	1.835.457.706,72	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	965.407.177,03	52,60%
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	991.147.161,63	54%
LIMITE PRUDENCIAL (X) (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	941.589.803,55	51,3%
LIMITE DE ALERTA (XI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%	892.032.445,47	48,6%
39A- ÍNDICE DETERMINADO DPD 3925/ 2025	48,65	-

NOTA:

1. Aplica-se também ao Poder Legislativo esta MEMÓRIA DE CÁLCULO, no entanto, se faz necessário ajustá-la de acordo com o disposto na LRF.
2. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores da coluna: "INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)", relativos aos valores inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos. No entanto, excepcionalmente, para o exercício de 2023, considerando que houve ajuste no cálculo desta coluna, estes valores poderão ser divergentes dos apurados em 2022.
3. Na linha denominada "Despesas de exercícios anteriores de período anterior ao da apuração" não serão apresentados valores, tendo em vista que no momento que a entidade efetua o reconhecimento e apropriação de despesas não empenhadas, por meio da utilização das tabelas: DespesaNaoEmpenhada e ApropriacaoDespesaNaoEmpenhada do SIM-AM, estes valores já são incluídos/deduzidos nas respectivas linhas do demonstrativo de acordo com a despesa (Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis; Obrigações Patronais...).
4. A partir de 2021, os valores repassados ao RPPS a título de cobertura de insuficiências financeiras e déficit financeiro, especificamente nas contas cdClasse + cdGrupo + cdSubGrupo + cdTitulo + cdSubTitulo + cdItem + cdSubItem = 3.5.1.3.2.01.01 e 3.5.1.3.2.02.01, serão deduzidos dos valores apurados na linha Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados do quadro da DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF), deste demonstrativo. Destaca-se, ainda, que a partir de 2022 cada poder (executivo e legislativo) deverá efetuar o repasse para cobertura do déficit para possibilitar o ajuste do cálculo.
5. De acordo com o art. 15, da LC 178, o Poder ou órgão cuja despesa total com pessoal ao término do exercício de 2021 estiver acima do limite estabelecido no art 20 da LRF poderá eliminar o excesso à razão de, pelo menos, 10% (dez por cento) a cada exercício a partir de 2023, de forma que, ao final de 2032, cada Poder ou órgão esteja enquadrado nos limites estabelecidos no art. 20 da LRF.
- 5.1. A verificação da redução será apresentada no demonstrativo do último quadrimestre/semestre de cada ano, a partir de 2023.
- 5.2. Caso a redução de 10% não tenha sido observada ao final de determinado exercício, aplicam-se as restrições do §3º do art. 23 da LRF. No entanto, havendo a regularização no primeiro ou no segundo quadrimestre do exercício seguinte, as restrições serão suspensas a partir da constatação da redução.
- 5.3. Caso o Poder ou órgão se enquadre no limite antes do prazo de 10 anos estabelecido pela Lei, eles passarão a observar, no momento do enquadramento, as contagens de prazo e as disposições do art. 23 da LRF.
- 5.4. O disposto no art. 15 da LC 178/2021 não se aplica aos Poderes ou órgãos que não estiverem com o limite da despesa com pessoal excedido ao final do exercício de 2021. Assim, caso o ente ultrapasse o limite em momento posterior (por exemplo, no primeiro quadrimestre/semestre de 2022) deverá observar as contagens de prazo e as disposições estabelecidas no caput do art. 23 da LRF.
6. A Instrução Normativa TCE/PR 56/2011, a partir de agosto/22, deixa de ser aplicada para fins de apuração do índice de pessoal com base na Instrução Normativa TCE/PR 174/2022, publicada em 16/08/2022 no Diário Eletrônico do TCE-PR.
7. A STN, para 2023, considera a dedução dos recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22, no demonstrativo da despesa de pessoal na linha denominada Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária. No mapeamento da STN esta linha tem a seguinte denominação: Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Deduções Constitucionais. Esta situação está retratada no MAPEAMENTO DOS DEMONSTRATIVOS FISCAIS – 13ª EDIÇÃO - SÍNTESE DAS ALTERAÇÕES - 28/04/2023 - endereço https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:20080. Igualmente para a linha de dedução da RCL, do item de dedução "(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (IV)", que foi renomeado para "(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) e ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, § 11) (VI)", no cálculo da "RCL Ajustada para cálculo dos limites da despesa com pessoal", conforme as alterações efetuadas na nova versão do MDF 13ª edição, publicada em 28/04/2023.